



# Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa

*Implementação de atividades de educomunicação socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil*



## Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa

Publicação-síntese do projeto de Implementação de Atividades de Educomunicação Socio-ambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil, consultoria realizada pela Educom Verde Comunicação e Educação Ambiental, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos.

### Coordenação e edição

Débora Menezes

### Equipe técnica

Maiara Ribeiro

### Diagramação

Raquel Galvão

### Equipe Projeto Corredores Ecológicos

Sandra Paes

### Fotos da capa

Alunos das oficinas de educomunicação do Parque Nacional do Pau Brasil, Jailson Santos, Débora Menezes, Maiara Ribeiro, Priscila Gomes Ribeiro e Eliane Nascimento.

### Realização



O Projeto Corredores Ecológicos é uma parceria entre:



Esta publicação eletrônica é uma obra licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-  
Uso Não Comercial – Obras Derivadas Proibidas 3.0 Brasil.

Informações no site <http://creativecommons.org>



É permitida a reprodução, desde que comunicada a autora e citadas as fontes.  
Informações: [debieco@uol.com.br](mailto:debieco@uol.com.br) – [www.educomverde.blogspot.com](http://www.educomverde.blogspot.com)

# Índice

---

- 1.** Introdução
- 2.** O Parque Nacional do Pau Brasil e seu entorno
- 3.** Educomunicação, comunicação e educação ambiental em UCs
- 4.** Relembrando a primeira etapa do projeto
- 5.** Segunda etapa: praticando comunicação
- 6.** Conclusões
- 7.** Referências bibliográficas

# 1. Introdução

Esta publicação é uma síntese do projeto de Implementação de Atividades de Comunicação Socioambiental junto ao Conselho Gestor do **Parque Nacional do Pau Brasil** (Porto Seguro, Extremo Sul da Bahia), realizado no período de dezembro de 2011 a maio de 2012 junto ao conselho do parque e às comunidades do entorno.

Trata-se de atividades e ferramentas de comunicação, que foram planejadas pelo conselho dentro de uma primeira etapa deste trabalho de consultoria, denominada Mobilização, Renovação e Capacitação do Novo Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, com ênfase no planejamento de comunicação - realizado entre abril e junho de 2011.

Ao todo, a consultoria realizou um trabalho que incluiu desde uma formação básica para o **conselho** do parque, atualizando-os sobre o papel das **Unidades de Conservação** (UCs), gestão participativa e planejamento de comunicação, até a realização de oficinas de fotografia e de comunicação comunitária, produção de um folheto (*folder*) e de ferramentas virtuais (*blog* e página da rede social *Facebook*).

Apesar das “quebras” nesse caminhar (o projeto foi desenhado para ter a duração de um ano, mas foi dividido em duas fases, com uma paralisação de cinco meses entre uma fase e outra), tudo o que foi construído coletivamente, à medida do possível, reflete o objetivo de uma chamada gestão participativa, que se utiliza da educação – e da comunicação – como instrumentos para dialogar com a população no entorno do parque.

*Conselho* existe nesta lei e reúne representantes da administração da UC, dos poderes públicos locais e da sociedade civil, para permitir que a sociedade em geral exerça o controle social sobre a área. Os conselheiros ajudam a definir a gestão administrativa da UC, com o foco de descentralizar e democratizar decisões que podem afetar tanto esta UC quanto o seu entorno. Saiba mais em [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



Foto: Débora Menezes  
Área do Parque Nacional do Pau Brasil e entorno. Saiba mais sobre o parque em [www.parquenacionaldopau-brasil.blogspot.com](http://www.parquenacionaldopau-brasil.blogspot.com)

**Unidades de Conservação** (UCs) são áreas instituídas legalmente pelo Poder Público, com objetivos de conservação e lei específica para garantir estes objetivos: a lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Estas áreas podem ser administradas pelos poderes públicos Estadual, Federal e Municipal.

Experiências que envolvem educação ambiental e comunicação são pioneiras no Extremo Sul da Bahia, a exemplo do que ocorre junto ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, em Caravelas, onde a UC incentiva há alguns anos a produção de jornais e vídeos comunitários. A partir da experiência do jornal Timoneiro, apoiado pelo parque de Abrolhos, surgiram outras iniciativas apoiadas pelo órgão gestor das UCs federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em Prado, próximo a Caravelas, pescadores, indígenas e outros comunitários criaram o jornal Tanara, onde abordam sobre a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Algumas comunidades no entorno do Parque Nacional do Descobrimento também criaram outro jornal, O OITI.

Estas experiências inspiraram o trabalho desta consultoria, que buscou, junto ao Projeto Corredores Ecológicos, o apoio financeiro para a realização de um projeto de comunicação junto ao Parque Nacional do Pau Brasil, em Porto Seguro. Como parte do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o **Projeto Corredores Ecológicos** atua na Amazônia e na Mata Atlântica (especificamente nos Estados da Bahia e do Espírito Santo), incentivando e promovendo ações que possam garantir a conservação da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de unidades de conservação, públicas e privadas, que formam verdadeiros **corredores ecológicos**. Investir em comunicação e educação ambiental, como será relatado nas próximas páginas, pode contribuir para a garantia de preservação das florestas, a medida em que envolve as populações que vivem próximas a estas áreas – estas, nem sempre sabem o porquê da existência de UCs e muitas vezes entram em conflito com o órgão gestor, entre outros motivos, também por desconhecimento.

*Corredores ecológicos são formados por áreas florestais consideradas prioritárias para a conservação e próximas, umas das outras. Estas áreas incluem UCs e ainda territórios indígenas e áreas particulares. Saiba mais em [www.corredoresecológicos.ba.gov.br](http://www.corredoresecológicos.ba.gov.br).*

“Conhecer para preservar” pode soar lugar comum, mas é um dos elementos que devem fazer parte da gestão de uma unidade de conservação. Esperamos que esta leitura inspire projetos, programas e políticas públicas, a investirem cada vez mais no acesso a informação e nas estratégias de diálogo que permitam as comunidades a se sentirem parte desse meio ambiente onde estão inseridas.

Boa leitura!

***Débora Menezes e Maiara Ribeiro***

Foto: Eliana Nascimento



*Equipe Educom Verde  
Comunicação e  
Educação Ambiental*

## 2. O Parque Nacional do Pau Brasil e seu entorno



Foto: Jailson Santos



Foto: Jailson Santos



Foto: Jailson Santos

O Parque Nacional do Pau Brasil foi criado em 1999 pelo Decreto s/n de 20 de abril deste ano, e ampliado em 11 de junho de 2010 pelo decreto federal s/n desta data, e hoje possui uma área de 18.934 hectares situada no município turístico de Porto Seguro (BA), entre os vales do rio do Buranhém e o Vale do Rio dos Frades. O parque é classificado, por lei, como uma Unidade de **Conservação de Proteção Integral**.

Trata-se de uma grande reserva de Mata Atlântica, e um dos maiores reservatórios da árvore conhecida como pau-brasil, além de proteger nascentes de rios importantes da região. Garantir a proteção dessa área, incluindo outras UCs próximas (como os parques nacionais de Monte Pascoal e Descobrimento), é uma das estratégias de preservação da Mata Atlântica que restou no Extremo Sul da Bahia, que passou, nas décadas de 1970 e 1980, por períodos de intensa exploração madeireira.

Em estudos realizados dentro da área foram encontradas 633 espécies de plantas, sendo 71 existentes apenas na Mata Atlântica; 5 raras e 19 ameaçadas de extinção. Quanto à fauna, foram registrados um total de 346 animais diferentes. Em levantamentos recentes puderam ser detectados, 202 espécies de aves, 53 de mamíferos, 20 de répteis, 51 de anfíbios e 20 de **peixes**. Na lista, o parque protege diversas espécies ameaçadas de extinção, como o papagaio-chauá e a onça-parda. Na área também já foram feitos registros visuais do gavião-real - conhecida também como harpia, uma das maiores aves brasileiras.

Embora tenha potencial, o parque ainda não é aberto ao turismo: não há trilhas abertas, por enquanto, e há apenas acessos internos para fiscalização. Para a abertura ao turismo é necessário a finalização do **plano de manejo**, ainda em andamento.

O SNUC define **Unidade de Conservação de Proteção Integral** como aquela que tem como objetivo básico a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Não se pode usar diretamente os recursos naturais da área.

Fonte: publicação Visão Geral do Parque Nacional do Pau Brasil – Biodiversitas

## As comunidades no entorno e sua relação com o parque

No entorno direto do parque (10 km) existem grandes e médias propriedades rurais, assentamentos, áreas de plantio de eucalipto, e ainda as comunidades de Vera Cruz, **Vale Verde**, Projeto Vale Verde, Bom Jesus, Nossa Senhora de Aparecida, Coqueiro Alto e Sapirara. Trata-se de um universo variado: existem desde as localidades menores na zona rural, como Nossa Senhora de Aparecida (120 habitantes), até distritos maiores e urbanizados, como Vera Cruz (com aproximadamente 16 mil pessoas). Próximo a algumas destas comunidades estão os distritos de Arraial D’Ajuda e Trancoso, e ainda a aldeia indígena pataxó de Aldeia Velha, cuja área faz limite com algumas propriedades no entorno do parque.

As atividades exercidas pelas comunidades do entorno variam. Há desde produtores rurais de pequeno a médio porte, e muitos dependem de atividades turísticas no município para garantirem empregos fixos ou temporários. Algumas das propriedades rurais querem implantar, ou já realizam, o chamado turismo rural, com passeios a cavalo, visitas a plantações e trilhas, entre outras atividades.

É grande a expectativa das comunidades do entorno sobre a abertura do parque para o turismo. Ao mesmo tempo, existem pressões diretamente ligadas a presença dessas comunidades e empreendimentos no entorno do parque. Pressão imobiliária, crescimento populacional, queimadas, caça, roubo de madeiras e perda de ambientes naturais, em função de atividades agrosilviopastoris, são alguns dos desafios que o parque enfrenta.

Foto: Eliana Nascimento



O quadrado, praça central de Vale Verde

**Plano de manejo** é uma ferramenta de planejamento de uma Unidade de Conservação. Para construir este plano são feitos levantamentos sobre a fauna, a flora e o solo da UC, e ainda sobre a economia e questões sociais e culturais das comunidades dentro da UC e do entorno. A partir destas informações, a UC e seu entorno são divididas em zonas – um processo chamado zoneamento – e são definidas as atividades que podem ser realizadas dentro desta área.

### 3. Educomunicação, comunicação e educação ambiental em UCs



Foto: Débora Menezes



Foto: Débora Menezes



Foto: Débora Menezes



Do latim *comunicare*, comunicação significa “tornar comum, partilhar”. Assim, há que pensar estratégias, dentro da gestão participativa de unidades de conservação, para que se permita entender comunicação não como ferramenta ou estratégia de divulgação e de “convencimento” dos atores que influenciam a gestão. É, antes de tudo, instrumento necessário para o fortalecimento das relações, da representatividade e de mobilização social. Neste sentido, comunicação é muito mais do que organizar contatos com a mídia, ou ainda convocar representantes para reuniões de conselho. É preciso um intercâmbio de informações constante, que permita a comunidade a entender e a dialogar melhor com esta UC, e vice-versa, por meio de ações que permitam esse fluxo.

Um dos diagnósticos realizados com comunidades no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2009) para o plano de manejo aponta que “a falta de diálogo e de informação entre o Parque e as comunidades pode ser relacionada como a principal fonte de impacto para a unidade de conservação”, e que “a falta de informação das comunidades gera muitas confusões referentes às instituições públicas, tanto federais como estaduais, em especial, sobre o funcionamento e papel das mesmas”. Tudo isso tem a ver com a comunicação.

Sendo a educação entendida, teoricamente, como uma “prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade (LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2003), pode-se considerar que a conexão entre educação e comunicação colaboraram para qualificar a participação social, com ações de formação e capacitação, com processos de troca de infor-

mações entre o órgão gestor e as comunidades e instituições relacionadas a unidade de conservação. Nessa perspectiva, a comunicação junto a UCs pode assumir uma vocação verdadeiramente educativa e participativa, onde a troca de saberes pode auxiliar, inclusive, num ponto chave na gestão de Unidades de Conservação, que são os conflitos entre as comunidades do entorno e a área em questão.

A falta de informações ou a não disposição das mesmas da forma com que as comunidades precisam, contribui para sufocar o diálogo e gerar conflitos entre comunidades e a unidade de conservação, reduzindo, assim sua participação no controle social. Sem conhecimento, por exemplo, sobre o papel das instituições socioambientais presentes em uma região, indivíduos e coletivos ficam de mãos atadas sobre como agir.

E são excluídos das tomadas de decisão que influenciam a forma como são usados os recursos naturais, entre outros. A educação ambiental com foco em UCs contribui para qualificar a participação social, com ações de formação e capacitação, com processos de troca de informações entre o órgão gestor e as comunidades e instituições relacionadas a unidade de conservação.

**ENCEA** - O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) lançou, em 2011, a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este documento aponta “princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações necessárias a execução de políticas públicas, programas e atividades de educação ambiental e comunicação voltadas ao (re) conhecimento, valorização, criação, implementação, gestão e defesa das unidades de conservação, por todos

e para todos”.

A ENCEA está prevista dentro do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que indica como um de seus objetivos o fortalecimento da comunicação, da educação e da sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC, lei que regulamenta a gestão das UCs no Brasil.

De acordo com a ENCEA, para garantir a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão de UCs, é preciso, entre outros, “incentivar e fortalecer programas e projetos de educação ambiental e comunicação” e “incentivar a apropriação dos meios de comunicação e produção de informação pelas comunidades e instituições envolvidas e afetadas na criação, implementação e gestão de UCs”.

Esses princípios são o resumo norteador de como é possível ter uma interface entre comunicação e educação ambiental, que contribua para os desafios de uma educação positivamente transformadora - e ainda uma gestão realmente participativa.

A ENCEA traz cinco grandes diretrizes para orientar as UCs e instituições ligadas a gestão, ONGs e outros atores sociais. São elas:

- 1 - Fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do SNUC;
- 2 - Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de UCs;
- 3 - Estímulo à inserção das UCs como temática no ensino formal;
- 4 - Inserção das UCs como temática nos processos educativos não-formais;

5 - Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às UCs e estímulo à práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

Muitas destas diretrizes já são trabalhadas em projetos junto a UCs. A APA Mantiqueira (que se espalha pelos estados de SP, RJ e MG), por exemplo, é uma das pioneiras a desenvolver ações que unem comunicação, educação e gestão por meio do projeto **Fortalecimento da Gestão Participativa da APA Serra da Mantiqueira**, aprovado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) em 2003. Este projeto teve três linhas de ações – a realização de oficinas de capacitação para conselheiros, a caracterização socioambiental participativa da APA e o desenvolvimento de estratégias de comunicação e difusão de informações sobre a APA e seu Conselho. Entre outros produtos elaborados a partir do olhar de vários participantes deste projeto, incluindo conselheiros, foi construída até uma cartilha com informações sobre a APA.

**Educomunicação** - A estratégia de ferramentas de comunicação construídas a partir de pessoas “comuns”, e não profissionais da área, vem se materializando e se institucionalizando por meio de projetos e exemplos concretos também nas comunidades do entorno de UCs. O campo de estudos e de práticas metodológicas denominado educomunicação trata de um olhar onde a comunicação exerce um papel diferenciado nos processos educativos.

A ENCEA exemplifica a educomunicação que “pressupõe formação de pessoas para utilizarem a comunicação como ferramenta de intervenção da realidade em que vivem, produzindo seus próprios canais de comunicação, de forma coletiva” (2011). Neste contexto, os participantes de oficinas e outros processos de for-

Saiba mais sobre este projeto no site [www.matutu.org/apaparticipativa](http://www.matutu.org/apaparticipativa)

mação coletiva são convidados a refletir sobre a mídia e a produzir conteúdo, favorecendo a troca de saberes e o protagonismo, tão caros à educação ambiental. Ao escrever, fotografar, filmar, pesquisar temas e entrevistas pessoas para as mais diversas ferramentas midiáticas – do livro ao vídeo, passando pelo áudio e pelos jornais – estes participantes podem ter acesso a um conhecimento que não teriam com tanta facilidade; ganham mais propriedade sobre os temas que desejam tratar em suas ferramentas de comunicação e trazem esse debate para instâncias coletivas, como o próprio conselho das UCs.

A interface entre educação e comunicação se institucionaliza por meio de projetos e exemplos concretos ocorrendo em todo o país e é tema, também, de políticas públicas dentro do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que norteia as ações de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC). Em 2008 foi lançado um subprograma de educação socioambiental pelo MMA e pelo MEC.

Porém, práticas de comunicação comunitária/participativa, antes mesmo deste campo, são utilizadas em unidades de conservação ou por públicos próximos a UCs, como foi a experiência do já citado jornal O Timoneiro, em Caravelas, no Extremo Sul da Bahia, ou ainda os programas de rádio da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamiraurá, na região de Tefé (AM).

Por meio de veículos de comunicação construídos pelos próprios moradores locais, se mobilizam pessoas, se faz circular conhecimento e se abre canais de diálogo. Porém, o campo da educomunicação avança ao apresentar propostas metodológicas que se conectam com

os objetivos de garantir a expressão comunitária. No caso de outra experiência do Extremo Sul da Bahia, em Prado a realização de oficinas de educomunicação que geraram o jornal **Tanara**, trouxe debates e leitura crítica sobre a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Em oficinas, os “alunos” participantes levantaram questões locais que lhes importavam, suas dúvidas em relação ao papel de instituições, seus problemas. Embora o jornal ainda esteja no segundo número, mesmo passados dois anos, alguns participantes até hoje se mobilizam a partir do seu conhecimento local e do aprendizado nas oficinas, realizando sessões de cinema ao ar livre, exposição de fotografias e leitura dos jornais produzidos com as comunidades que vivem próximas a Resex, e participam também das reuniões do conselho da unidade.

Mesmo não sendo possível realizar formações de educomunicação junto às comunidades do entorno de uma UC, é adequado que a gestão participativa da unidade considere pontos das diretrizes propostas pela ENCEA. Até mesmo um folder ou folheto sobre um parque, por exemplo, pode ser construído de forma coletiva. Porém, como foi proposto junto ao Parque Nacional do Pau Brasil, elaborar um planejamento de ações específicas de comunicação, e de avaliação das mesmas, permite se trabalhar melhor a interface da comunicação em relação a educação ambiental e à gestão.



## 4. Relembrando a primeira etapa do projeto



Foto: Débora Menezes

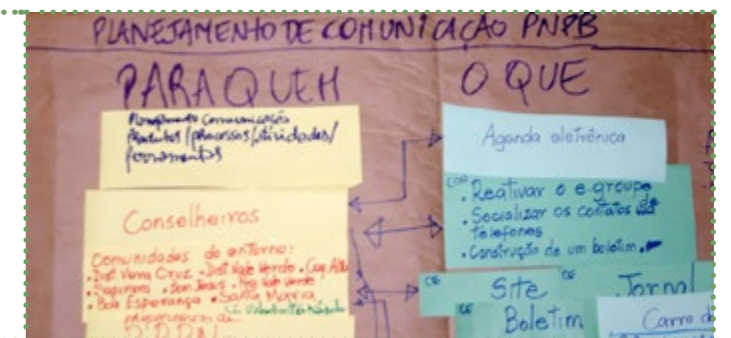


Foto: Débora Menezes



Foto: Débora Menezes

*Mosaico de Áreas Protegidas é reconhecido pelo SNUC como um conjunto de unidades de conservação, públicas ou privadas, próximas, justapostas ou sobrepostas, cuja gestão deve ser feita de maneira conjunta e integrada. O Parque Nacional do Pau Brasil faz parte do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Saiba mais em [www.mapesbahia.wordpress.com](http://www.mapesbahia.wordpress.com).*

Antes de prosseguir, é preciso entender o contexto de como este projeto se originou, e que tem a ver com a questão da comunicação como ferramenta de diálogo e ainda de rede, fortalecendo a gestão das unidades de conservação. No Extremo Sul, unidades de conservação vem dialogando nos últimos anos para a formação do **Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul (MAPES)**, oficializado em 2011, Esta rede informal de relacionamento entre as UCs, no entanto, já existe dentro do ICMBio e permite que determinados projetos de consultoria para fortalecimento da gestão participativa de unidades de conservação sejam realizado em mais de uma Uc em uma região, por exemplo, de acordo com a demanda das unidades.

Em 2009 o ICMBio, em parceria com o **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** (PNUD), contratou, entre outros, consultoria para a realização de projeto de educomunicação junto a comunidades do entorno do Parque Nacional do Descobrimento e da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Na mesma época foi contratada, também, uma consultoria de agroecologia para comunidades do entorno do Descobrimento, que deveria ser reaplicada no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil e teve momentos de oficinas em conjunto, com as comunidades do entorno das duas UCs. Na ocasião, houve intercâmbio de informações entre as duas consultorias contratadas, e uma intervenção educacional dentro do trabalho de agroecologia – oficina de produção de spots de rádio sobre temas ambientais.

Quando os produtos resultantes da consultoria de educomunicação foram finalizados (jornais), os representantes da comunidade do Projeto Vale Verde, que fazem parte do conselho do Pau Brasil solicitaram à chefe do parque, Raquel Mendes Miguel, um projeto do gênero. Em entendimento com o Projeto Corredo-

res Ecológicos, então, foi criado um projeto de planejamento de comunicação e ações educacionais, que acabou incluindo a fase de renovação do conselho consultivo da unidade por se tratar de uma demanda que o próprio parque não estava conseguindo resolver.

Assim sendo, a proposta final da consultoria, financiada pelo Projeto Corredores Ecológicos, teve como objetivo contribuir para a gestão participativa da unidade de conservação (UC), por meio da formação do conselho para a gestão 2011-2013, e do fortalecimento do conselho consultivo do Parque a partir de reflexões sobre participação social, acesso a informação, papel das instituições e comunicação. Em média, 20 pessoas que fazem parte do conselho do Pau Brasil participaram das formações.

Além de trabalhar aspectos fundamentais para a gestão participativa, este projeto contribui com um diferencial na gestão de UCs, ao propôr um planejamento coletivo de comunicação para o parque, a partir dos conselheiros, cujas estratégias foram e serão discutidas e acompanhadas por um Grupo de Trabalho dentro do conselho.

Ao todo foram cinco fases iniciais:

- 1) Mobilização para o novo conselho e posse;
- 2) Atividades de diagnóstico com os conselheiros, com entrevistas e oficina após a renovação do conselho;
- 3) Oficina de formação para a gestão;
- 4) Oficina de planejamento de comunicação;
- 5) 18ª reunião do conselho – avaliação das oficinas e plano de ação para próximas reuniões.

Desde o início desta fase, os conselheiros ficaram cientes de que parte dos produtos de comunicação, que fossem sugeridos durante o planejamento de comunicação, seriam elaborados na segunda fase do projeto.

**Mobilização e diagnóstico** – Para as atividades de mobilização para a renovação do conselho (que ocupariam as cadeiras pelo período de 2011 a 2013), foram realizados mais de 50 encontros e reuniões em pouco mais de um mês com as então atuais instituições participantes do conselho e outros segmentos que ainda não participavam. Vários foram os desafios durante a mobilização - da falta de entendimento sobre representatividade social a desmotivação interna de algumas instituições, além do pouco tempo para a realização de contatos e entrevistas. Ao todo há 22 conselheiros, entre titulares e suplentes, sendo 12 os conselheiros novos.

Estão representadas praticamente todas as comunidades do entorno do parque (pelo menos as com associações oficializadas), incluindo novos representantes de **RPPNs**, dos proprietários de terra do interior do parque, atingidos após a ampliação do mesmo, e novas instituições ligadas ao setor de ensino com campus em Porto Seguro (o Instituto Federal de Educação da Bahia, IFBA) e em Eunápolis (a Universidade do Estado da Bahia, UNEB). Também há representantes de praticamente todas as ongs ambientais atuantes na região.

Tanto durante o processo de mobilização para a formação do conselho, quanto na primeira oficina de diagnóstico realizada logo após sua eleição, foram elaboradas atividades como entrevistas e intervenções participativas com a finalidade de conhecer os conselheiros já atuantes e os que ainda não atuam, bem como entender um pouco sobre sua percepção acerca do Parque Nacional do Pau Brasil, a função do conselho e dos próprios conselheiros. Tanto nas entrevistas individuais antes da posse do conselho, quanto durante a oficina de diagnóstico participativo, observa-se que existe uma percepção, comum, de que as reuniões do conselho são momentos de receber informações, e

não de debate e ação. também foram utilizadas dinâmicas como a **árvore dos questionamentos**.

Houve quem apontasse também que nas reuniões nem todos se manifestam, e que há pouca participação das entidades representadas. Por outro lado, foi possível perceber que existe grande demanda por parte da população do entorno para capacitações, bem como compreender quais são as restrições existentes por serem vizinhos do parque, principalmente em relação ao desenvolvimento de atividades rurais. Na oficina de diagnóstico, os conselheiros apresentaram suas instituições e se localizaram espacialmente em um mapa de satélite do Parque e seu entorno. Apontaram a forma como vêm a unidade de conservação, e ainda identificaram como percebem o papel de conselheiro e conselho, finalizando com os desafios que o parque possui e que instituições estão relacionadas e esses desafios.

De modo geral, os conselheiros compreendem qual o objetivo do Parque Nacional Pau Brasil na região, entendendo-o como importante instrumento para a preservação da fauna e flora, bem como para a manutenção dos recursos da natureza. Como ponto negativo, foi apontado que o parque ainda tem pouca visibilidade no município e região, pouca integração com a comunidade do entorno, e que a fiscalização é insuficiente para promover seu objetivo.

Quanto a idéia do que é um conselho, identificou-se que, de modo geral, aquilo que acreditam ser importante para o conselho gestor do Parque tem relação com normalmente se atribui a uma gestão participativa. Tais itens lembrados foram: ser um ambiente participativo; representativo; ter uma comunicação ativa; ter motivação, ser transparente, entre outros. Os conselheiros ainda levantaram desafios para a gestão do Parque Nacional do Pau Brasil e possíveis futuras ações



Foto: Débora Menezes

*A **árvore dos questionamentos** foi uma adaptação de uma dinâmica da educação ambiental denominada **árvore dos sonhos**. Durante toda a oficina de diagnóstico e ainda no segundo momento de formação, os conselheiros escreveram, em papéis verdes representando as folhas de uma árvore, sugestões e dúvidas, para que não se perdesse nenhuma questão surgida durante as oficinas. Estes questionamentos foram trabalhados na primeira reunião da nova gestão do conselho, no final de junho de 2011, e ajudaram também a pontuar a formação inicial para este novo conselho. Entre as dúvidas básicas, mesmo os conselheiros mais antigos apontaram querer esclarecimentos sobre o que é o SNUC, o que são RPPNs, entre outros.*

envolvendo a gestão do parque.

**Oficina de formação para conselheiros** – Realizada em dois dias, esta oficina teve como objetivo geral debater o papel do conselho e do conselheiro, bem como algumas temáticas conceituais relacionadas à unidade de conservação. Para a realização dessas oficinas, foi entregue um caderno de apoio dos conselheiros com textos diversos – da legislação a materiais sobre gestão participativa.

Embora tenha havido momentos de apresentação da chefe do parque sobre a unidade, a proposta destes dois dias de oficinas foi a de oferecer estratégias pedagógicas para quem a Unidade de Conservação e a função de controle social do conselho gestor fizesse sentido aos conselheiros. Para isso, foram intercalados momentos de contextualização da realidade local perante as necessidades de preservação de áreas naturais, com apoio de uma linha do tempo, e em seguida trabalhando-se os conceitos básicos que os conselheiros precisam ter para dinamizarem sua atuação. As principais etapas desta oficina de dois dias foi a seguinte:

1) *Linha do Tempo* – Proposta para que os conselheiros refletissem sobre as causas e consequências de questões mundiais, trazendo-as para o contexto regional para que se perceba a necessidade de políticas para a preservação, como a criação de UCs. No contexto regional, os participantes trouxeram a tona fatos como o incentivo à retirada de madeira, que atraiu imigrantes para a região do Extremo Sul da Bahia, a partir das décadas de 1960 e 1970.

2) *Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável* – Para iniciar o debate foram exibidos dois filmes: A criação de unidades de conservação e O que são unidades de conservação, ambos da organização Imaflora (SP),

que apresenta diversos conceitos relacionados a unidades de conservação: o que são, como são criadas, quais são as categorias e classificações. Seguiu-se um debate sobre as diferenças entre as UCs de proteção integral e de desenvolvimento sustentável, e o que gera conflitos envolvendo unidades de conservação.

3) *Conselho e gestão participativa: leitura e reflexão* – Em grupos, os conselheiros leram o Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, e a Instrução Normativa 11, de 8 de junho de 2010, do ICMBio, com normas sobre as competências e funcionamento dos conselhos de unidades de conservação. Em seguida, elencaram as principais competências do conselho – entre elas, as de “demandar e propor ações ou políticas públicas de conservação, proteção, controle, educação ambiental, monitoramento e manejo da unidade”.

4) *Simulação de conselho de um parque fictício* – A partir da apresentação da situação do “Parque Nacional da Cacioba”, os conselheiros dividiram-se em dois grupos para simular reuniões do conselho deste parque. Cada grupo teve uma problemática para discutir como se fossem componentes do conselho e foram distribuídos papéis de segmentos variados. Um observador de cada grupo não participou da discussão, mas manteve seu olhar sobre como os participantes se posicionaram durante a atividade. A simulação permitiu integrar novos e antigos conselheiros e indicar a possibilidade de fazer parcerias, definir normas e diretrizes e fazer negociações para a resolução de conflitos.

5) *Diagrama de instituições* – Esta atividade trouxe uma compreensão maior aos conselheiros sobre a infinidade de instituições presentes na região. Os conselheiros recordaram as entidades possíveis e atuantes em círculos de

O **diagrama de instituições** é uma adaptação do diagrama de Venn, que figura entre as dinâmicas de Diagnóstico Rural Participativo. A diferença do diagrama de Venn para o utilizado na oficina do Pau Brasil é a de que esta atividade não serve apenas para diagnosticar o grau de conhecimento e de proximidade das instituições, mas permite uma troca entre os participantes, uma vez que a ideia desta atividade é também a de esclarecer o papel destas instituições. A ideia do diagrama foi retomada, posteriormente, nas oficinas de educação (confira o capítulo **Segunda Etapa: Praticando Comunicação**).



Foto: Débora Menezes

cartolina, debateram sobre qual é o papel de cada instituição – que nem todos conheciam – e aproximaram essas instituições ou não da gestão do Parque Nacional do Pau Brasil, em um círculo maior no centro do quadro proposto. Quanto mais o grupo achava que a instituição influenciava a gestão do parque, maior a proximidade.

Durante essa atividade, além da falta de conhecimento sobre o papel de diversas instituições, percebeu-se a confusão de papéis entre órgãos públicos como ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foi também colocado pelos conselheiros que muitas dessas instituições deveriam estar próximas, mas não estão nem mesmoparticipando do conselho ou ainda não são acessíveis.

Como esta oficina foi realizada na comunidade de Vale Verde, houve ao final uma visita pela região, conhecida pela produção de beiju de mandioca e de aguardente de cana. A demanda por visitas do gênero foi apontada pelos conselheiros nas entrevistas e no diagnóstico, como importante para conhecimento da realidade das comunidades no entorno do parque.

**Planejamento de comunicação** – A oficina de planejamento de comunicação teve como objetivo pensar coletivamente sobre porque, para que, para quem e o que comunicar em relação ao Parque Nacional do Pau Brasil e ao conselho gestor. Como já foi apontado, questões envolvendo o tema comunicação surgiram desde as atividades de mobilização e de diagnóstico com os conselheiros, e muitas vezes se misturaram com as dúvidas sobre representatividade, que ocorrem naturalmente em espaços de construção coletiva: além das reclamações sobre a falta de acesso a informações sobre o Parque, por exemplo, muitos conselheiros lem-

braram que não se comunicam com seus associados sobre sua participação no conselho.

É comum, ainda, confundir comunicação com os meios, que são as ferramentas com as quais se promove o ato de comunicar, como a internet e os veículos de imprensa. Neste sentido, a oficina buscou levantar desafios de comunicação e entendimento comum dos conselheiros sobre o tema, intercalando esse levantamento com reflexões sobre veículos de comunicação; acesso a informação das instituições públicas e seu papel; e ainda breve análise sobre produção de conhecimento em linguagem escrita, a partir da leitura de textos sobre questões socioambientais relativas a unidades de conservação, e propostas de socialização desses conteúdos em outros formatos e linguagens.

Também foram realizadas dinâmicas de reflexão, como a do “telefone sem fio”, tradicional jogo infantil que convida a pensar sobre ruídos na comunicação.

A partir dessa troca de conhecimento foi elaborado um planejamento de comunicação, mapeando objetivos, ações, ferramentas e públicos que devem ser trabalhados em relação aos objetivos de comunicação levantados. O resultado do planejamento proposto é um roteiro indicativo de necessidades básicas de comunicação, envolvendo públicos direta e indiretamente influenciados pelo parque e pela gestão, e vice-versa.

Este roteiro resultante pode e deve ser discutido e alterado, à medida em que surgem demandas, a princípio propostas e organizadas pelo Grupo de Trabalho de comunicação criado no final da oficina.

Esta oficina teve dois dias de duração e participaram dela representantes do Grupo Tanara, que mantém um jornal comunitário na região



da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Estes representantes do grupo trouxeram sua experiência com comunicação e com mídia produzida pelos próprios comunitários, sobre questões envolvendo a comunidade e a relação com a Reserva Extrativista, contribuindo com o planejamento a partir das dificuldades e questões que trouxeram aos conselheiros do parque.

É importante destacar que a formação anterior, por meio das dinâmicas metodológicas apresentadas (do vídeo debate a leitura crítica), é importantíssima para garantir que o planejamento de comunicação reflita questões-chave para a abertura de diálogo entre o entorno e o parque. A seguir, acompanhe a descrição de algumas atividades elaboradas:

*Desafios da comunicação* - Refletir sobre comunicação como troca e diálogo foi o início desse debate com o grupo de participantes, que em seguida apontaram quais são os desafios de comunicação interna (entre conselheiros, e entre conselheiros e o parque) e externa (entre o parque, os conselheiros e a comunidade em geral). Entre os desafios de comunicação interna, foram apontados: o fato de que os conselheiros não têm contatos uns dos outros; as ferramentas nem sempre funcionam (nem todos utilizam e-mail ou o telefone tem sinal ruim); o fato do parque não se comunicar nos períodos de intervalo de reuniões do conselheiro; as pessoas não entenderem as informações repassadas, ou não prestarem atenção; a falta de comunicação entre conselheiros e ainda a falta de entendimento do que o outro está falando/ interpretação da fala (ruído).

Questões relacionadas a representatividade novamente apareceram. Indicaram que é preciso motivar os conselheiros para que a participação nas reuniões não seja só passiva; e

ainda o alerta de que os conselheiros precisam de conhecimento maior temas relacionados a gestão, como informações sobre o plano de manejo, para que o conselho contribua com melhores sugestões.

E entre os desafios de comunicação externa, apontados pelos conselheiros (comunicação entre o parque e as comunidades do entorno), estão as seguintes pontuações: as pessoas não entendem que o parque existe e para que ele serve; não sabem para quem comunicar denúncias e problemas (não sabem função das instituições); o parque não acessa as comunidades e as informações ambientais não circulam; novamente citaram a falta de informações sobre o plano de manejo, e ainda a falta de informações sobre possibilidades de parcerias e projetos. Também neste momento apontaram que a mídia local tem informações tendenciosas e poucas questões ambientais. Por outro lado, lembraram que jornais locais têm informes educacionais pagos.

*Instituições públicas e acesso a informações* - Essa atividade foi proposta como uma evolução do diagrama de instituições e papéis da oficina anterior. Nessa etapa, foi feita uma conexão com as leis de acesso a informação pública, importante para garantir uma gestão realmente participativa. A legislação brasileira dispõe de orientações específicas sobre o tema, como o artigo 2º da lei 10.650, que obriga órgãos e entidades ambientais a “permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico”.

Cada instituição pública foi escrita em um círculo, e a proximidade dos círculos com relação a central (comunidade), indicaria o quanto

a instituição está acessível às comunidades.

A partir daí, a segunda etapa da atividade questionou quais seriam os principais questionamentos das comunidades sobre essas instituições, cujas respostas aproximariam as mesmas dessas comunidades. A maioria das perguntas se referia a função de cada órgão, quando acioná-lo, entre outros.

### ***Leitura crítica sobre meios de comunicação*** -

O grupo de conselheiros assistiu ao vídeo Levante Sua Voz, produzido pelo coletivo Intervenções, um grupo de pessoas e instituições que militam pela liberdade de expressão e direito a comunicação. O filme de curta duração trata da concentração dos veículos de comunicação de massa e traz ao debate questões como cidadania, Direitos Humanos, entre outros.

Após o vídeo houve uma breve conversa com os participantes, que fizeram comentários sobre a mídia local. A etapa do filme ajuda a preparar os participantes para o exercício de leitura crítica de jornais e boletins locais, a partir de questões em uma ficha. O objetivo dessa atividade foi permitir um olhar mais atencioso dos presentes sobre essas mídias e como é a abordagem de informações sobre questões locais - conhecimento que ajuda no planejamento de comunicação do conselho e em futuras publicações impressas.

Vale destacar que identificaram como pontos positivos ou negativos das publicações observadas: a organização do visual dos impressos, a preocupação com fontes de pesquisa para as reportagens, que indicam credibilidade, o cuidado com a gramática, o uso de charges e outros recursos de linguagem.

*Re-leitura de textos socioambientais* – Outra atividade que proporcionou aos participantes

a um olhar crítico sobre materiais utilizados como veículos de educação e comunicação socioambiental.

Três grupos formados escolheram textos para ler, observar que tipo de linguagem o material escolhido utiliza, quem parece ser o público desse material, que informações são fáceis ou difíceis de entender na leitura. Após essa análise, tiveram o desafio de selecionar, do texto escolhido, o que achariam mais importante divulgar para a comunidade, e encontrar uma forma de “passar essa mensagem” – por meio de um programa de rádio, um cordel, uma poesia, um desenho. Os participantes fizeram observações importantes sobre como são transmitidas informações de temas ligados a UCs e gestão participativa.

O grupo que ficou com a tarefa de encontrar uma forma adequada de transmitir à comunidade o que é corredor ecológico construiu uma espécie de teatro, simulando o diálogo entre moradores de uma comunidade rural. Também optaram por elaborar um cartaz, lembrando que recursos visuais são importante complemento para facilitar o entendimento de conceitos e mensagens de cunho socioambiental.

A atividade permitiu ainda a leitura de textos temáticos para compreensão dos conceitos, e os conselheiros sugeriram que cada reflexão gerasse um folheto sobre o assunto, para repassar às comunidades.

Esse tipo de atividade é extremamente positiva quando feito com públicos diversos dos gestores e técnicos de projetos que são responsáveis pela elaboração de produtos de comunicação, especialmente os de cunho didático. É difícil se afastar de uma linguagem mais difícil quando se trata de temas complexos que devem ser trabalhados na forma de um livro, uma carti-



Foto: Débora Menezes

A **leitura crítica** é uma estratégia muito utilizada nos trabalhos de educomunicação, e permite aos participantes que se amplie o olhar sobre como os veículos de comunicação abordam determinados temas. Para esta oficina de planejamento de comunicação, a leitura crítica foi estendida, também, a percepção sobre materiais de educação ambiental e de divulgação de temas ligados a Unidades de Conservação. Dinâmicas de leitura crítica elaboradas desta forma podem servir como instrumentos de avaliação de materiais de divulgação e de educação ambiental elaborados por uma UC, ongs ou órgãos públicos. É importante difundir essa cultura da leitura crítica pois, após a produção destes materiais, nem sempre se avalia a abordagem utilizada nos mesmos e a sua função como difusor de conhecimento.

lha, um caderno. Tende-se, ainda, a um outro extremo, que é o de simplificar demais a linguagem reduzindo informações importantes, ou ainda tratando um determinado tema de forma infantilizada, que nem sempre favorece o entendimento do leitor.

*Intercâmbio com o grupo Tanara* - A fim de promover intercâmbio entre unidades de conservação e as comunidades do entorno, os moradores de Cumuruxatiba, Juliana Prativiera e Welton Reis de Souza, apresentaram a experiência do jornal comunitário Tanara. Este impresso surgiu em 2009, a partir de oficinas de educomunicação oferecidas pelo Parque Nacional do Descobrimento e pela Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, entre Prado e Porto Seguro, a comunidades no entorno destas UCs. Hoje, o grupo também participa como apoio para a secretaria executiva do conselho. Os comunitários apresentaram a proposta do jornal, o objetivo de aproximar as comunidades e informar sobre a Resex, e que “há espaço para diversos pontos de vista, colaborando para evitar ruídos e boatos”.

Comentaram também que o fato dos jornais serem escritos por pessoas da região valoriza a produção, pois o linguajar é mais adequado e “se mostra as pessoas do lugar, falando sobre seu próprio lugar”. O intercâmbio favoreceu o entendimento de que futuras oficinas de jornal comunitários podem contribuir com os objetivos de comunicação que iriam propor em conjunto com o parque.

Planejamento de comunicação - A partir das atividades propostas e descritas anteriormente, os conselheiros presentes construíram um planejamento inicial que reflete todos os debates sobre comunicação e acesso a informação desde o início das formações. Reflete, ainda, uma preocupação em envolver as comunidades do entorno.

Este planejamento foi dividido em etapas, cujos resultados seguem na tabela:

### **Objetivos do planejamento**

*(Para que precisamos trabalhar com comunicação/para que comunicar)*

- Difundir informações do parque com mais clareza.
- Proporcionar o intercâmbio de informações entre o parque e a comunidade do entorno.
- Contribuir para amenizar os conflitos existentes e o que surgirem.
- Contribuir e fortalecer o processo de educação ambiental, de forma ampla.
- Manter constantes os canais de diálogos.
- Contribuir com a formação de líderes ambientais.

### **Para quem**

*(Quem são os públicos para os quais queremos direcionar ações/ferramentas)*

Conselheiros, comunidades do entorno – em geral, meios de comunicação, órgãos públicos municipais e estaduais, RPPNs, proprietários de terra no interior e entorno do parque, ongs que atuam no Extremo Sul, alunos e professores de escolas do entorno, turistas, empresas do entorno, órgãos públicos municipais e estaduais.

### **O que**

*(Ferramentas e ações para atingir os objetivos de acordo com os públicos propostos)*

Vários produtos e ações foram levantados e direcionados aos públicos acima relacionados. Foram apontadas como ferramentas, por exemplo, carros de som, cartazes, teatro, palestras produzidas por conselheiros e convidados, sobre o parque e questões socioambientais, vídeos e spots de rádio. Porém, ao final, os conselheiros elencaram as prioridades para o segundo semestre:

- Reativação de e-group e envio de agenda de contatos entre conselheiros.
- Produção de site ou blog.
- Produção de folder informativo sobre o parque.
- Buscar espaço na mídia local para informar e divulgar ações do parque (ação posteriormente incluída, quando da etapa de finalização da primeira etapa do projeto, dentro da 18ª reunião do conselho consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil).

A proposta de discussão sobre prazos, produtos a serem feitos e parcerias para a proposição dos mesmos ficou acordada como sendo tarefa para um Grupo de Trabalho de Comunicação, que irá acompanhar e avaliar a execução das ações, bem como pensar parcerias e auxiliar na mobilização para algumas ações.

Também foi organizado um Grupo de Trabalho (GT) de comunicação, com funções que seriam: avaliar ações de comunicação do conselho e auxiliar a pensar produtos de comunicação, prazos e parcerias para sua implementação).

Embora os conselheiros não tenham apontado a produção de jornal comunitário como estratégia de comunicação e de diálogo entre parque e comunidades, foi acordado com a gestão do parque e com o Projeto Corredores Ecológicos essa estratégia, dada as experiências anteriores positivas de produção de jornal comunitário por meio de oficinas de educomunicação em UCs do Extremo Sul da Bahia.

Observa-se que este planejamento reflete alguns anseios coletivos levantados durante a oficina. Porém, nota-se que algumas ferramentas que não parecem úteis a princípio, para o contato com as comunidades do entorno, como o site, foram elencadas como prioridades. Porém, o grupo ressaltou que o parque precisa tornar-se conhecido, também, na rede virtual de computadores, embora o acesso local a internet (pelo menos nas comunidades rurais do entorno do parque) não seja realidade.

## 5. Segunda etapa: praticando comunicação



Foto: Maiara Ribeiro



Foto: Maiara Ribeiro



Foto: Jailson Santos

A Implementação de Atividades de Comunicação Socioambiental Junto ao Conselho Gestor do Parque Nacional do Pau Brasil foi a segunda etapa deste projeto, sendo realizada entre dezembro de 2011 a maio de 2012, cinco meses após a finalização da primeira etapa. Neste período de cinco meses houve contatos esporádicos da equipe de consultoria com os conselheiros, porém muito pouco, para não criar expectativas negativas caso o financiamento da segunda etapa não fosse aprovado.

Ocorreram as seguintes etapas neste período:

- Fortalecimento do GT de comunicação, estimulando-o a participar e monitorar as atividades de comunicação, contribuindo para a mobilização de participantes;
- Produção de *blog/site* para informar sobre o parque, as comunidades do entorno e o conselho, com a participação dos próprios conselheiros produzindo textos, fotos e sugestões para publicação;
- Produção coletiva de folder informativo sobre o parque, com a participação dos conselheiros reunidos no GT de comunicação, para ser distribuído às comunidades do entorno, turistas, entre outros;
- Oficina de fotografia, com 8h de duração e aberta a 25 pessoas das comunidades do entorno do parque, além dos conselheiros;
- Jornal comunitário, construído com a participação de representantes do conselho e das comunidades locais a partir de oficina de educação em comunicação com 40h de duração, aberta a participação de 25 pessoas;
- Evento final do projeto com lançamento do jornal e exposição fotográfica a partir das fotos

da oficina de fotografia. O evento teve construção participativa, isto é, foi planejado coletivamente pelos participantes do jornal comunitário durante as oficinas.

Esse roteiro de atividades foi apresentado durante a 20ª reunião do conselho consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, realizada em 9 de dezembro de 2011, quando também foram programadas reuniões com o GT de comunicação, etapas de mobilização nas comunidades do entorno e possíveis datas de realização de oficinas.

**GT de comunicação e produção de ferramentas blog e folder** – Com a interrupção da primeira etapa da consultoria, quando foi criado o GT de Comunicação do Parque Nacional do Pau Brasil (junho de 2011), o grupo ficou enfraquecido e desarticulado. Até a chegada desta consultoria, iniciada em dezembro de 2011, o grupo não havia realizado nenhuma atividade ou contatos.

A função da consultora em campo, além de realizar as oficinas e produtos sinalizados, foi também de atuar como mediadora para as atividades de mobilização, tarefa que na ocasião o parque não tinha tempo (servidores e estrutura) para realizar. No entanto, as reuniões organizadas pela consultora tiveram quórum baixo, e as tentativas de contato pelo grupo virtual (*e-group*) também foram pouco retornadas.

Ainda assim, foi possível prosseguir com a criação de um endereço virtual para divulgar o parque, as comunidades do entorno, o conselho. A consultoria optou por construir uma ferramenta gratuita chamada *blog*, que permite a construção de sites e é de operação simples, onde várias pessoas possam adicionar textos, fotos e documentos em um site, como autoras.

Dada a limitada participação do GT, a consultoria apresentou um esqueleto do **site** do parque, contendo seções básicas (chamadas de abas) com descritivos sobre o parque, conselhos, região. Essas seções iniciais foram construídas espelham-se nos resultados da formação de educação ambiental e de comunicação para o conselho, e levam em conta também as poucas manifestações de conselheiros no segundo semestre de 2011, antes da retomada da consultoria. Também foi construído levando-se em conta as limitações da própria ferramenta.

Os conselheiros foram convidados a escrever no blog. Foram elaborados os texto inicial de boas vindas e sobre o parque pela chefe da unidade, Raquel Mendes Miguel. As abas conselho (o que, quem são as pessoas, como atuam) e documentos (ata de reunião, regimentos do Conselho e do parque) foram redigidas por Eliana Nascimento, estagiária do parque. O texto sobre RPPNs foi produzido pelo conselheiro Glauco Doebeli.

Os conselheiros deram outras sugestões de abas, como uma sobre práticas de turismo no entorno do parque. No entanto, até o momento os textos não foram produzidos. Já a aba comunidades, que contém informações sobre comunidades do entorno da unidade, teve alguns textos construídos pelos próprios participantes da oficina de elaboração do jornal comunitário, pelos próprios participantes.

A problemática do acesso a internet e a falta de conhecimento dos conselheiros sobre a utilização desta ferramenta inibe sua participação efetiva na atualização do site. A atualização do endereço não é regular, e contou, por enquanto, apenas com a divulgação de atividades como as oficinas e publicação de fotos – cobertura das atividades. Nem os conselheiros nem o parque estão atualizando a ferramenta.

Para orientar os conselheiros quanto ao uso da ferramenta, foi feito um breve tutorial (passo-a-passo) de como se utilizar o blog, durante a última reunião do conselho (de forma *off-line*, isto é, sem acesso a internet, o que prejudicou a atividade). Além disso, o tempo para tal atividade foi reduzido. Seria, portanto, interessante realizar uma futura capacitação.

Embora não seja atualizado com regularidade, o blog foi divulgado virtualmente pelos conselheiros e em redes que envolvem outras unidades de conservação e diversos atores sociais, como o *e-group* do Conselho do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul (COMAPES). Com isso, desde que o blog foi aberto (20 de janeiro de 2012), mais de 1.500 visitantes acessaram o endereço do Pau Brasil.

Somado aos problemas de mobilização observados ao longo do processo de construção do projeto, a inibição no uso da ferramenta pelos conselheiros contribui para que ela ainda não seja utilizada como poderia. Ainda assim, endereços virtuais suscitam curiosidade nos conselheiros que, mesmo não acessando como poderiam, solicitam a sua criação para dar visibilidade ao parque nas redes sociais virtuais.

Durante a última reunião do conselho, por exemplo, foi sugerida a construção de uma comunidade virtual no **Facebook**, endereço que concentra diversas redes sociais virtuais. A comunidade virtual Parque Nacional do Pau Brasil, até o momento, tem 37 participantes. Poucos são conselheiros ou da comunidade do entorno do parque e apenas um dois contribuem deixando recados e informações na página.

Sobre o **folder**, o mesmo foi concebido a partir de demandas levantadas com os conselheiros e o Parque Nacional do Pau Brasil, cuja proposta



www.parnadopaubrasil.blogspot.com



www.facebook.com/ParqueNacionaldoPauBrasil

citada no plano de comunicação foi a de distribuí-lo nas comunidades do entorno, escolas, faculdades entre outros.

Novamente, foi importante a mediação da consultoria, uma vez que o GT ainda não se reuniu por conta própria. A formadora em campo deu uma sugestão de usar o folder como material de divulgação do parque, informando o que é uma unidade de conservação, um breve histórico do parque, contatos e pôr uma observação que o mesmo ainda não está aberto à visitação pública.

A chefe do parque, Raquel Mendes Miguel, mostrou-se preocupada com a criação de expectativa das pessoas sobre a visitação da UC, que ainda não ocorre, e solicitou que a unidade não fosse enfatizada como atração turística. Lembrou que a ideia do folder é ser um instrumento de informação de educação ambiental, despertando no leitor a importância da preservação, para posteriormente ser distribuído também em escolas.

O tema do folder foi, então, direcionado para: “o que a conservação ambiental tem a ver com a sua vida”, informando sobre a importância da preservação florestal e a partir daí, relacionando com a existência do Parque Nacional do Pau Brasil.

Houve consulta aos outros conselheiros pelo *e-group* para angariar mais sugestões sobre o folder, para que se conseguisse realizar este material conforme proposto no plano de comunicação, de forma participativa. Houve algumas contribuições relacionadas a troca de posições do texto, e ainda uma leitura crítica do conselheiros Glauco Doebeli (RPPN Terra-vista), que fez sugestões para simplificar o vocabulário. Ninguém colaborou com ilustrações ou fotografias. Foram utilizadas fotos de acervo

do próprio parque.

Embora o folder tenha sido uma demanda dos conselheiros e a impressão fornecida pelo próprio parque, houve a necessidade de aprovação do mesmo por equipe supervisora da consultoria dentro do Projeto Corredores Ecológicos. Nas recomendações finais do capítulo **Conclusões** sugerimos um olhar atento a uma questão como essa, pois projetos de comunicação participativa devem ter a opinião dos envolvidos sobre a disposição de logomarcas de financiadores e realizadores do projeto para dar um caráter realmente coletivo a estas produções – afinal, autonomia e participação social é também tomar decisões sobre questões como estas também, que envolvem ferramentas de comunicação.

**Oficina de fotografia** – Paralelamente ao processo de produção do site e do folder, a consultoria iniciou o processo de mobilização para as oficinas de educomunicação – fotografia e jornal comunitário. É importante destacar que, embora haja a limitação no número de alunos, não houve limitação com relação a formação ou idade dos mesmos. A formadora recomendou que participassem maiores de 16 anos minimamente alfabetizados. Incluir jovens e adultos em uma mesma formação permite um troca positiva, embora haja a necessidade de uma mediação atenciosa do formador no sentido de favorecer o diálogo.

A ideia de realizar primeiramente a **oficina de fotografia** foi permitir uma primeira vivência educativa dos conselheiros e dos membros de comunidade do entorno na área do parque, permitindo, também, a criação e o estreitamento de laços entre os participantes. Além disso, o conhecimento básico sobre fotografia contribuiria para a produção do jornal comunitário.

*A oficina de fotografia não foi apenas um passeio pelo parque. Houve um momento de formação, com técnicas de fotografia, dinâmica de enquadramento e noções sobre armazenamento de fotos no computador. É interessante convidar fotógrafos profissionais da região da UC para contribuir com palestras temáticas.*



Foto: Samuel Costa

Como demonstrado desde a oficina de diagnóstico com conselheiros na primeira etapa do projeto, os comunitários têm muita curiosidade sobre o Parque Nacional do Pau Brasil, que ainda não é aberto a visitação. Por isso, a procura foi grande e houve a participação de 40 pessoas, incluindo comunitários das Reservas Extrativistas Marinhas de Corumbau (Prado) e de Cassurubá (Caravelas), e ainda da aldeia indígena de Aldeia Velha.

A programação da oficina foi de um dia, com a manhã reservada para noções sobre fotografia e a tarde a saída fotográfica. Como o parque ainda não dispõe de trilhas, foi preciso preparar uma logística que envolveu os servidores e carros da unidade no transporte dos participantes. Vale destacar que, além do apoio logístico, os servidores Gefferson Lima e Jaílson Santos participaram ativamente tanto desta oficina quanto a de educomunicação. Todos ajudaram também a trazer informações sobre a mata e outras curiosidades sobre a vivência.

Quem não tinha máquina, se revezou com os colegas que possuíam o equipamento. O parque também disponibilizou câmera e a consultoria também fez o mesmo.

Posteriormente foram selecionadas 19 fotos para a exposição que comporia as ações de encerramento do projeto. São panoramas sobre a mata, o rio Buranhém, e a sede do parque. A atividade de fotografia foi a mais comentada pelos participantes das oficinas de comunicação, pois a maioria afirmou que não conhecia o parque, e que a vivência foi uma forma de aproximá-los da unidade de conservação.

A oficina de fotografia também contribuiu para incentivar os presentes a participarem da oficina de produção de jornal comunitário, onde praticamente todos os alunos vieram da oficina

de fotografia – mais oito pessoas da comunidade do Projeto Vale Verde, que não participaram da oficina de fotografia por falta de vagas.

**Produção de jornal comunitário** – Para que uma unidade de conservação deve investir na construção de um jornal comunitário, ao invés de simplesmente contratar um jornalista e produzir um número com notícias da unidade?

A estratégia de educomunicação por meio de um jornal comunitário segue o princípio da oficina de fotografia: conectar as comunidades em uma atividade onde há grande partilha de informações e diálogo, inserindo a unidade de conservação e outras temáticas socioambientais nos debates que incentivam a produção da pauta de um jornal. Assim, mais do que noticiar o que é ou o que ocorre no parque, o jornal comunitário aproxima as comunidades do entorno e traz suas demandas e questionamentos, dando voz a estes grupos e até mesmo sinalizando à gestão das UCs sobre algumas questões emergenciais destas comunidades.

A oficina foi dividida em duas etapas: a primeira com três dias e a segunda com dois dias de duração, totalizando **40h**. Houve a participação, em média, de 23 pessoas das comunidades do entorno, incluindo três conselheiros do parque: Norma Miranda, da Associação de Horticultura de Vera Cruz; Jailza Ribeiro, da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Projeto Vale Verde (ACEPROVEM); e Lucélia Berbert, do Instituto Bioatlântica.

A divisão em duas etapas não foi apenas para garantir participação das pessoas, mas ainda para dar um tempo de três semanas dedicadas a produção do jornal. Na primeira etapa foram debatidos temas como o papel das instituições locais, o biomapa – intercâmbio entre as comunidades, o conhecimento sobre o conselho

*Contabilizando a oficina de fotografia, foram ao todo 48h de oficinas de educomunicação. Não é o tempo ideal, que foi reduzido em virtude da demora da aprovação da segunda etapa do projeto. Recomenda-se a realização de atividades distribuídas pelo menos 60 horas.*



e o parque, a leitura crítica da mídia, além da produção de pauta do jornal. A segunda etapa foi dedicada, principalmente, à finalização do impresso.

Em ambas as etapas houve a participação da formadora Raquel Galvão, que diagramou o jornal e já estava familiarizada com produções comunitárias – a designer elaborou o segundo número do jornal Tanara, das comunidades do entorno da Resex Marinha do Corumbau.

Acompanhe cada momento da metodologia da oficina de jornal comunitário:

**Dia 1: conhecendo os participantes, o parque, o entorno** - Esse primeiro dia foi dedicado a atividades para que os participantes se conhecessem e entendessem o contexto do Parque Nacional do Pau Brasil, o conselho, sua inserção nas comunidades. Foi também momento para conhecer mais sobre a realidade das localidades no entorno.

**Biomapa** - Uma das atividades mais importantes das oficinas de comunicação comunitária (pois traz os elementos que irão definir pauta do jornal de acordo com aquilo que os participantes levantam como importante), trata-se de uma dinâmica onde os comunitários desenharam suas comunidades a partir de seus pontos de vista, localizando, ainda, o que existe de positivo e negativo nessas localidades.

Foram realizados, ao todo, quatro **biomapas**, das localidades de Bom Jesus, Projeto Vale Verde, Vale Verde e Porto Seguro. Após a apresentação do biomapa das comunidades, os participantes constataram que os problemas (falta de saneamento básico, transporte escasso, poucas escolas - a maioria sem ensino médio - ausência de posto de saúde e policial, falta de perspectivas de emprego), são comuns a todos; a



Foto: Maiara Ribeiro

exceção da sede Porto Seguro, que dispõe de mais facilidades, oportunidades de emprego, transporte público e serviço público de saúde.

Quanto aos aspectos positivos, foram pontuadas, entre outros, a tranquilidade, o contato com a natureza, a segurança que em muitos lugares, centro urbanos, não os tem mais. Todos citaram e colocaram o Parque Nacional do Pau Brasil em seus biomapas, exceto os que produziram mapa da sede Porto Seguro. Acredita-se que isto se deve, por que, de fato, o parque não está tão próximo e também por ser um centro urbano.

**Retomando o diagrama de instituições** - Essa dinâmica retomou uma atividade realizada na primeira fase do projeto, quando foi perguntado aos conselheiros **quais instituições públicas conheciam e qual seu papel**. Assim como na fase anterior, o objetivo foi perceber o que os presentes conhecem sobre essas instituições e qual o papel das mesmas frente aos desafios levantados no biomapa. As instituições que os conselheiros apontaram anteriormente foram apresentadas aos alunos. A formadora perguntou se conheciam cada uma das siglas e seu papel.

A ideia foi listar as instituições. Depois traduzir as siglas, o que muitos não sabiam e, em seguida, identificar o que cada sigla tem haver com os problemas apresentados no biomapa. Embora a maioria já tivesse ouvido falar de várias siglas, poucos as funções das instituições, com exceção daquelas que incidem diretamente sobre o cotidiano das comunidades (caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, cujos moradores da comunidade de Vale Verde precisam de autorização para construções no chamado Quadrado histórico do distrito) e ainda daquelas que têm exposição na mídia (caso do Instituto Brasileiro de

*Com maior número de horas para as oficinas, é interessante evoluir esse diagrama com uma atividade como o convite a responsáveis por instituições selecionadas pelo grupo para que participam de rodas de conversa e entrevistas, que podem posteriormente serem utilizadas em entrevistas, filmagens e demais ferramentas de comunicação que estiverem sendo trabalhadas.*

Geografia e Estatística, o IBGE). Algumas instituições municipais também foram reconhecidas, como a secretaria de Meio Ambiente.

**Bate-papo sobre o parque** - Após o diagrama de instituições, a formadora iniciou um bate-papo sobre o parque, a fim de relacioná-lo ao cotidiano das comunidades.

De modo geral, todos os participantes sabem da existência do parque, reconhecem a sua importância e compreendem que, para abrir a visitação, o mesmo precisa estar preparado. Todos enfocaram que o parque está sempre próximo à comunidade seja por meio de oficinas, cursos ou reuniões (estávamos com três conselheiros presentes), e os mesmos afirmaram que o parque sempre está em contato, seja através de reuniões ou cursos. Também foi exibido um vídeo sobre unidades de conservação, para esclarecer sobre o que é uma UC, para que serve e qual a importância da participação da comunidade junto à gestão dessas unidades.

**Produção textual** - A partir da visão dos biomapas, foi realizada uma primeira atividade de produção textual coletiva para o blog do parque. Há uma área no blog com textos para expor sobre as comunidades do entorno, e na oficina de fotografia foi solicitado a alguns participantes que escrevessem sobre suas localidades. Também foi apresentado o site – blog do parque.

Fechar as atividades do dia com produções textuais é uma estratégia para fechar o círculo de partilha de conhecimento e também contribui para o desafio que é escrever, cuja maioria dos participantes não tem tanta familiaridade.

**Dia 2 – Entendendo a comunicação, a mídia e o acesso a informação** - As atividades foram voltadas para a reflexão sobre a comunicação

e o papel da mídia na sociedade, antes de partir para o planejamento do jornal comunitário coletivo.

Após a leitura dos textos elaborados no dia anterior, houve também a participação especial de um morador antigo da comunidade de Vera Cruz, que fica no entorno do parque. Trata-se de Elias Paulo dos Anjos, conhecido como “Santo Paca”. Ele foi um dos primeiros residentes do local, e sua apresentação exaltou a importância de preservar a memória da comunidade.

**Roda de conversa sobre comunicação** - Após a dinâmica do telefone sem fio (em roda, um participante inicia a brincadeira soprando uma frase no ouvido do próximo, até chegar a última pessoa, que deve dizer em voz alta a frase que entendeu, e comparar com a frase inicial), foi possível refletir com os participantes como os ruídos são formados no processo de comunicação e como isso é mais sério dentro de uma estrutura maior, como uma notícia local que vai para rede nacional. Isso motivou a troca de ideias sobre o que é comunicação, a diferença de comunicação e ferramentas, a importância do diálogo.

**Leitura crítica de mídia** - Foi exibido o vídeo Levante a sua Voz, elaborado pelo coletivo Interozes de Comunicação, que discorre sobre o poder da mídia. Esse vídeo possibilitou a continuação do debate sobre comunicação, liberdade de expressão, e o poder de manipulação que a mídia exerce nas nossas vidas. Em seguida, com a “mente aberta” para pensar sobre mídias, foram entregues textos para a atividade de leitura crítica, cuja temática foi selecionada pela consultoria alguns dias antes da realização da oficina, a fim de utilizar algo que tivesse a ver com a realidade local.

O tema selecionado foi a questão da disputa

entre indígenas (pataxós) e proprietários de terra no Sul da Bahia. Foram utilizados dois textos de fontes diferentes: a reportagem “Disputa de índios e fazendeiros está sem solução há 76 anos”, publicada no jornal A Tarde no dia 25 de fevereiro de 2012, e o texto “Pistoleiro Impede de Socorre Índio Pataxó Hãhãhãe-Morte”, publicada no site **Índios On line** por um indígena, na mesma época. Cada grupo escolheu a matéria que desejava ler. Os participantes leram os textos e escolheram o que gostariam de avaliar.

[www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br)

Cada grupo explicou o que entendeu do texto escolhido, se trouxe algo de novo, Quais foram as pessoas entrevistadas entre os envolvidos, no caso, os fazendeiros e indígenas; observaram quais os pontos de vista que cada texto parecia defender; e se haviam informações mal explicadas, ou mal colocadas, ou ainda que dados chamaram mais atenção.

De modo geral, ao fazerem a leitura crítica dos textos distribuídos, e dando continuidade sobre a questão da comunicação na nossa sociedade, o grupo tem uma visão crítica da mídia de massa (a que tem maior penetração no mercado).

A formadora enfocou que muitos grupos sociais se expressam também pela mídia, seja pela internet, com sites como o utilizado na atividade, seja por meio de rádios comunitárias, ou jornais.

Dessa leitura, os alunos puderem concluir que é possível ter acesso não apenas a “mídias convencionais”, mas àquelas alternativas, feitas por grupos comunitários preocupados com a democratização da informação.

**Prática de entrevista** - A fim de que experimentassem uma técnica do jornalismo, os alunos

saíram nas ruas próximas onde estava sendo realizada a oficina (no centro de Porto Seguro) para entrevistar pessoas. As perguntas foram sobre o Parque Nacional do Pau Brasil: se as pessoas o conheciam ou já ouviram falar, se sabiam o que é uma unidade de conservação e quais existem na região, entre outros. Um terceiro grupo utilizou outro tema para entrevista, sobre a questão da saúde pública no município – como está o serviço público de saúde, como é o atendimento, com que frequência o entrevistado utiliza o serviço público.

Durante a prática das entrevistas nas ruas, os participantes da oficina verificaram que, das nove pessoas entrevistadas, apenas uma havia ouvido falar do Parque Nacional do Pau Brasil. Um grupo usou a criatividade e, além de gravar o áudio da entrevista e fotografar os entrevistados, filmou e fez uma apresentação multimídia para exibição para a turma.

Ao final do dia, foram exibidas as fotos que os participantes enviaram da prática da oficina de fotografia. Durante a oficina de fotografia, após a prática em campo, foi combinado que cada participante mandaria duas fotos para serem selecionadas pela turma para posterior inserção na exposição do evento de encerramento. O grupo de participantes da oficina escolheu cinco fotos que podem ser colocadas no jornal, se houvesse espaço. Mas foi informado que as fotos escolhidas iria para exposição.

### ***Dia 3 - Iniciando o planejamento do jornal*** -

Dia reservado ao planejamento inicial que daria corpo ao jornal comunitário e contou com uma palestra sobre diagramação (desenho dos jornais) e estética que envolve esse tipo de material impresso.

A estratégia para organizar a produção do jornal foi explicar sobre o que a consultoria dis-

punha como orçamento: a produção de um jornal tablóide, com até oito páginas, formato foi pré-escolhido pelo baixo custo, dada a quantidade de impressão (10 mil jornais). Foram definidos prazos para a produção de matérias (quase 15 dias, até a próxima etapa de oficinas).

Escolha do nome do jornal e pauta - Os participantes escolheram vários nomes para o jornal. A escolha foi feita individual, depois selecionada por grupo, depois indo para votação geral dos participantes. Fizemos a seleção e após votação, o nome escolhido foi: Pau Brasil Comunidade.

As matérias sugeridas pelos participantes refletem parte do que foi apontado nos biomapas. Foram selecionados os temas falta de água em Vale Verde; poluição do rio em Projeto Vale Verde; aniversário do Grupo de Jovens da Comunidade Bom Jesus; a cultura da mandioca em Bom Jesus; a preservação das matas ligada à cultura indígena; o Resgate da tradição da língua na Aldeia Velha; os “causos” na memória do distrito de Vera Cruz; o que é Unidade de Conservação e o que é o Parque Nacional do Pau Brasil; e o crescimento urbano desordenado de uma localidade de Porto Seguro denominada “parque ecológico”.

Durante o período de produção das reportagens, a consultoria entrou em contato com os participantes da oficina por e-mail e telefone, não acompanhando pessoalmente a produção.

**Dia 4 - Leitura e sistematização das matérias produzidas pelo grupo** – Embora o prazo tenha sido muito curto para a produção dos participantes, sendo muitos sem acesso ou traquejo no manejo de computadores e ainda com pouco tempo para atividades voluntárias, o resultado foi positivo: os participantes fizeram 12 textos.

No geral, os participantes gostaram da experiência de fazer as matérias para o jornal. Evidenciaram que é necessário a pesquisa anterior sobre a pauta, a necessidade de anotar toda e qualquer informação e como que ao escreverem sobre determinado assunto mais detalhes conhecem sobre o mesmo. Os entrevistados e instituições não dificultaram o acesso de informações para os participantes do jornal, os repórteres, que produziram a maioria dos textos sobre e em suas próprias comunidades. A formadora procurou não intervir demais nos textos, apenas auxiliando a correção dos mesmos.

**Introdução à história do rádio, gêneros do rádio, como fazer spot** - O objetivo desta atividade foi apresentar a história do rádio para proporcionar uma maior familiaridade com o meio. Para tanto, foi exibida uma apresentação sobre o mesmo e depois alguns exemplos de spots.

Não foi inicialmente planejado para a oficina, mas na sequência foi exibido o vídeo “Radio Muda”, sobre a rádio comunitária da Universidade de Campinas (Unicamp). A rádio foi fechada pela Polícia Federal, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), pois não tinha autorização de funcionamento. Não houve tempo, no entanto, para um trabalho mais longo com o tema rádio. Tentando contextualizar com a realidade local, houve uma conversa sobre quais rádios as comunidades presentes têm acesso, se há alguma rádio comunitária, como é o acesso, e ainda se os presentes já foram à rádio local.

Tentando contextualizar com a realidade local, foi perguntado quais as rádios as comunidades presentes têm acesso, se há alguma rádio comunitária, como é o acesso, e ainda se os presentes já foram à rádio local.

*Oficinas de educação que produzem spots e programas de rádio também são indicadas para trabalhar temas de mobilização social e educação ambiental. A depender das comunidades envolvidas e a estratégia de divulgação do que for produzido (parcerias, por exemplo, com rádios), dá resultados tão positivos quanto a produção de um jornal, com a vantagem de não ter como requisito principal textos elaborados, como ocorre com o jornal impresso.*

Foi constatado que há duas rádios comunitárias na região, mas que os mesmos não têm acesso à produção. Na verdade, não tentaram acesso às rádios. A maioria ouve a rádio comercial local.

Embora a construção de spots tenha sido muito rápida, a atividade serviu para mostrar aos participantes que produzir algo para o rádio não é difícil, e os motivou para que acessassem as rádios locais quando quisessem promover mobilizações.

### ***Dia 2 - Diagramação do Jornal Pau Brasil Comunidade***

- Durante a apresentação do layout do jornal, a formadora e diagramadora apresentou uma sugestão que foi aprovada pelo grupo, com algumas alterações. Os participantes escolheram as fotos da capa, ajudaram a distribuir as matérias nas páginas, e posteriormente ainda foi construído um editorial pela conselheira Vera Alice (UNESUL).

Embora produzir jornal necessite de um profissional que tenha conhecimento sobre diagramação e impressão, o processo foi participativo na medida do possível, e trouxe os anseios da comunidade em suas páginas.

***Evento de encerramento do projeto*** – Para marcar o lançamento do jornal, foi organizado um evento de encerramento na sede de uma das comunidades ativas no conselho, e ainda participante das oficinas (Vale Verde). As fotografias selecionadas foram ampliadas e expostas, e os comunitários e o parque contribuíram com comes e bebes. Infelizmente, as atrações culturais agendadas não compareceram, porém, o momento foi de confraternização. O evento foi marcado na parte da tarde, sendo de manhã a reunião do conselho, para otimizar a logística que o parque disponibilizou aos participantes.

Os princípios da educomunicação incluem a gestão coletiva/participativa de todo o processo educativo – da produção de uma ferramenta de comunicação à escolha de estratégias de divulgação e de mobilização. Planejar um evento de lançamento com o grupo que construiu o jornal é uma tentativa de promover a gestão coletiva, incentivando ainda mais a autonomia do grupo, ainda que com limitações.

No próximo capítulo, acompanhe a avaliação de todo o processo pelos participantes, que ocorreu nesse dia de encerramento do projeto.



## 6. Conclusões

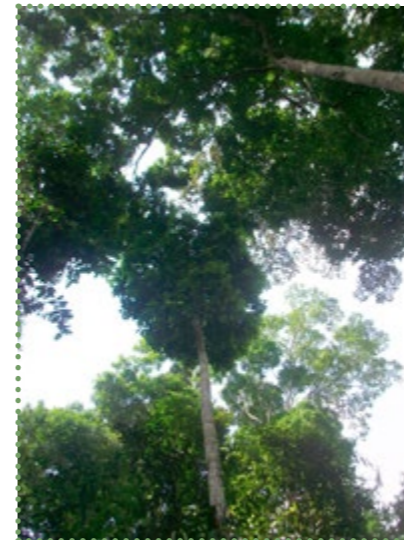


Foto: Jailson Santos



Foto: Débora Menezes



Foto: Débora Menezes

Em avaliação individual (por meio de um questionário) e coletiva (feita com alguns participantes presentes na última reunião do conselho do parque), a maioria manifestou ter gostado da oportunidade de participação nas oficinas, e apontaram que tinham um desconhecimento anterior sobre o Parque Nacional do Pau Brasil e sua importância, e que a unidade de conservação ganhou visibilidade após a realização do trabalho. A interação não só entre as pessoas e o parque, mas ainda entre elas e os próprios funcionários-analistas – que ajudaram na construção da oficina de fotografia e participaram ativamente da oficina de jornal comunitário, também foi comentada como fator positivo para ampliar a visão das pessoas sobre o parque.

Em uma das avaliações, o morador de Vale Verde, Pedro Palma da Selva, escreveu que

*“antes eu achava que o parque só servia para preservar o meio ambiente. E a visão que tenho hoje é a de que o parque se preocupa com as comunidades que existem em volta, com cursos.”*

*(Pedro Palma da Selva, morador de Vale Verde)*

É curioso observar que ninguém apontou como ponto negativo a metodologia utilizada, e alguns poucos apontaram o tempo como insuficiente para a realização das atividades; porém, esse pouco tempo mais se referiu a vontade das pessoas de continuarem interagindo, do que se referindo ao curto espaço de tempo que as atividades foram realizadas.

Para entender as conexões entre mobilização, educação ambiental e comunicação, e o quanto os processos e produtos gerados nesta consultoria contribuíram para os objetivos da

gestão participativa do Parque Nacional do Pau Brasil, é preciso novamente lembrar o que foi diagnosticado e construído durante a primeira etapa deste trabalho, iniciado com a mobilização e a renovação do conselho consultivo do parque, em abril de 2011.

O conselho é a principal instância participativa que conecta comunidades a uma unidade de conservação, por meio de seus representantes que, por sua vez, devem assumir o compromisso de fortalecer o diálogo entre a UC e as comunidades que representam. Dentro dessa percepção, o processo de formação que se seguiu a renovação do conselho, e o posterior planejamento de comunicação, refletiram essas questões.

Além disso, desde o diagnóstico realizado com os conselheiros em 2011 percebe-se que existem “dificuldades de comunicação, entendimento sobre representatividade e papel do conselho, entre outros – caso, por exemplo, da comunidade de Vera Cruz, onde há várias associações, e da comunidade do Projeto Vale Verde, com poucos atores motivados a participarem da associação local”.

Desmotivação por problemas internos nas entidades, falta de articulação entre projetos (algumas instituições constroem ações que não são reconhecidas por outras dentro da mesma área, por exemplo) e falta de tempo também caracterizam a participação dos conselheiros nas reuniões. Ainda foram citados, como problemas de comunicação durante as reuniões, o fato de muitos representantes (especialmente os ligados ao Poder Público municipal) faltarem, e alguns representantes utilizarem tempo demais da fala, em detrimento de outros, que não se manifestam ou falam muito pouco.

Como a palavra participação significa tomar

parte, é preciso “desenvolver ações de mobilização, envolvimento e formação que possibilitem aos membros do conselho uma intervenção qualificada, sobretudo daqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de representação política” (LOUREIRO, 2007).

As estratégias para incentivar a participação dos conselheiros neste projeto, desde a sua primeira fase iniciada no ano passado, foram a formação inicial em temas ligados a gestão participativa e o planejamento coletivo de comunicação, e posteriormente, a implementação/produção de alguns produtos de comunicação sugeridos pelo grupo de conselheiros no planejamento – blog, e-group, folder, jornal comunitário.

Construir o jornal com apoio de um mediador/formador, com alunos da comunidade e representantes do conselho, foi uma das apostas entre estas estratégias. Essa construção proposta segue princípios da educação, campo de estudos e práticas metodológicas onde a comunicação exerce um papel diferenciado nos processos educativos e de mobilização social, dando voz e ainda refletindo sobre o acesso a informação e às tecnologias que nos permitem esse acesso.

Associada à educação ambiental, como metodologia, proporciona o diálogo de uma forma diferenciada entre os atores sociais de uma unidade de conservação, principalmente quando se envolve conselheiros, aparentemente mais próximos da UC, e pessoas “comuns” da comunidade, isto é, que não fazem parte de associações comunitárias ligadas ao conselho, por exemplo.

O jornal construído nas oficinas é um exem-

plo de aplicação metodológica de conceitos de educação ambiental, a partir do momento em que foram trabalhados temas como diagnóstico das comunidades (por meio do que foi descrito como biomapa), a leitura crítica da mídia e o olhar sobre as instituições públicas e o grau de acesso a informação sobre as mesmas. Mas tanto a educação quanto a educação ambiental passam, ainda, outros produtos e processos dentro do projeto.

Quando se promove planejamento participativo de comunicação, como foi feito pelos conselheiros do Parque, também se segue princípios da educação e da educação ambiental para fortalecer a gestão participativa das UCs. Os conselheiros primeiro pensaram seus problemas, de representatividade, de comunicação, de acesso a informação, e posteriormente pensaram estratégias e ferramentas para solucionar seus problemas, permitindo maior interação entre a unidade e o entorno, sempre na busca da resolução de conflitos e de questões em comum.

**Resultados positivos do projeto** - Dentro do que foi apresentado, os resultados do projeto são bastante positivos. **As oficinas de fotografia e de jornal comunitário aproximaram o parque do público** que sequer sabe o que é o conselho consultivo, por, entre tantas outras coisas, não fazerem parte dele. É o caso da comunidade de Bom Jesus, sem associação comunitária formal, e da qual três jovens ajudaram a construir o jornal comunitário.

Muito comentadas pelos participantes, a **vivência possibilitada pela oficina de fotografia permitiu que as pessoas conhecessem o parque e desconstruíssem algumas ideias pré-elaboradas** por não terem conhecimento suficiente. Outra noção de muitos participantes



era a de que um parque precisa ser aberto para o turismo; durante a vivência, alguns compreenderam que a criação de uma área protegida não é voltada apenas para a visitação.

*“As pessoas no entorno vêem o parque como um inimigo, como é o caso de alguns posseiros do entorno ficam preocupados com desapropriação. Conhecer sempre ajuda.”*

*(Jailson Santos, servidor do parque)*

A **interação entre as comunidades** foi outro resultado positivo. Muitos não se conheciam, e a metodologia adotada (como o recurso do biomapa) contribuiu para essa interação, descobrindo coisas em comum, entendendo suas motivações. A participação de comunitários de outras UCs na oficina de fotografia, bem como a interação entre pessoas de idades e condições sociais variadas (jovens e mais velhos juntos) também possibilitou uma troca interessante de informações.

O **conhecimento e a possibilidade de expressão e de acesso a informação** proporcionados pela produção dos temas trabalhados no jornal também merece destaque. Um dos grupos, por exemplo, entrevistou um funcionário da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) para entender o que se passa na localidade do Vale Verde com relação ao fornecimento de água; entenderam a situação e ainda registraram a fala da empresa no texto impresso. Já os comunitários de Aldeia Velha trouxeram um pouco sobre sua relação com a natureza, enquanto um terceiro grupo informa sobre os problemas ambientais do rio Buranhém, um dos principais da região.

Embora em número reduzido, **os conselheiros trouxeram sua contribuição para mul-**

**tiplicar o conhecimento que adquiriram sobre o parque e ajudaram a difundir informações sobre o parque com mais clareza** (um dos objetivos que eles, aliás, propuseram durante o planejamento de comunicação), ao produzirem textos sobre o que é uma unidade de conservação e o papel do ICMBio.

Tudo isso refletiu-se na **participação e comprometimento** durante as oficinas, com uma de média de 23 pessoas participando da construção do jornal comunitário, sendo que 21 vieram ao evento de encerramento.

A **vontade de continuar construindo o jornal** – com o compromisso de um possível planejamento em junho, revela o quanto o grupo gostou da iniciativa e acha importante sua continuidade. Pouco mais de duas semanas após o encerramento do projeto, novos representantes do **GT de comunicação**, a gestão do parque e participantes das oficinas reuniram-se para planejar o segundo número do jornal, bem como as estratégias para conseguir financiamento de sua produção e impressão. O grupo tem intenção de lançar o próximo número até o final de setembro. Nesta reunião, o parque assumiu um compromisso, com os participantes, de incentivar reuniões do GT.

**Aspectos que foram desafios dentro do projeto** - Ainda se **confunde comunicação com ferramenta, e participação social, mobilização e representatividade são conceitos que precisam amadurecer** em qualquer processo de gestão participativa. Fatores externos já observados influenciam esse processo e, embora a consultoria tenha elaborado os produtos observados na contratação, que são diretamente ligados aos conselheiros (folder, blog, mediação de encontros do GT de comunicação), o processo de produção não foi plenamente participativo como poderia. É claro que o fator tem-

*Motivar a continuidade do planejamento de comunicação, avaliar continuamente o que foi feito e adequar o que precisa ser revisto (como a atualização do site ou novas estratégias de comunicação) são algumas das funções do GT de comunicação. A avaliação do que foi produzido neste projeto e a recepção destes materiais (jornal e folder) pelas comunidades do entorno, e sua contribuição para fortalecer o diálogo entre a UC, as comunidades e as instituições locais, podem ser conduzidos durante reuniões do GT e momentos das próximas reuniões do conselho do Parque Nacional do Pau Brasil*

po, e a já citada quebra de ritmo do projeto, que teve que ser feito em duas etapas (deixando um “hiato” entre o período de planejamento e implementação de ações), também contribuiu para criar mais dificuldades. Porém, o grande desafio observado é entender que comunicação é diálogo, via de mão de dupla, e depende mais do “esforço” de cada participante (no caso, os conselheiros) do que das ferramentas propostas – que ajudam o processo de comunicação, mas não são responsáveis por ele.

A **falta de participação dos conselheiros nas interações mediadas pela consultoria**, então, foi um dos principais desafios do projeto. Das vinte e duas instituições que compõem o Conselho, muito menos que a metade participou, opinou e se dispôs a contribuir de alguma forma para auxiliar na execução das atividades do projeto. E o e-group, reativado em 2011 como ferramenta para incentivar essa participação, teve interação de pouquíssimos conselheiros - que na sua grande maioria, acessam e-mails.

Com relação ao **GT de Comunicação, houve pouca participação ao longo do projeto**. Dos nove membros apenas Glauco Doebeli, Eliana Nascimento e Vânia Araújo tiveram um papel mais atuante, contribuindo com o blog e o folder. Apenas três conselheiros participaram das oficinas de educomunicação e, mesmo nas reuniões do conselho, durante o ano de 2011 seis instituições não foram a nenhuma das quatro reuniões do conselho, ou foram apenas a uma reunião.

Sabe-se que o processo de participação social no Brasil ainda amadurece. Ao longo da história, os governos autoritários, o modelo familiar paternalista, as práticas religiosas limitantes, a falta de acesso a informações sobre leis e o papel de instituições públicas, provocaram ge-

rações de cidadãos individualistas e que não se inserem na discussão social como prática cotidiana.

Outro aspecto que contribui para enfraquecer a participação é que na sociedade contemporânea, as pessoas acabam por acumular inúmeras atividades no seu dia a dia. E certamente, as atividades de retorno financeiro são priorizadas em detrimento as de cunho social. Uma constatação disso foi que na reunião do conselho que foi relatada a ampliação do parque e a estimativa de valor a ser comprada as terras anexadas, teve um número significativo de conselheiros presentes.

É preciso reforçar, no entanto, que a **falta de cultura digital** também contribuiu para tornar esse projeto ainda mais desafiante, que infelizmente trouxe **pouca participação dos conselheiros na atualização do blog**. Embora ávidos por participarem do mundo virtual, a maioria dos conselheiros (e ainda dos comunitários que participaram das oficinas) não tem costume de utilizar e-mail diariamente; poucos utilizam redes sociais como facebook e há dificuldades técnicas que interferem nessa cultura – caso do acesso a internet, restrito a algumas localidades.

Por falta dessa cultura digital, e também por **falta de mais tempo e preparo para atividades de capacitação para interação social pela internet** (oficinas de utilização de e-groups e blog, por exemplo, específicas dentro da programação, e não “encaixadas” dentro de reuniões, em ambientes sem equipamentos, como foi o caso do passo-a-passo sobre uso do blog, realizado na 21ª reunião do conselho), não conseguimos grande interação dos conselheiros com a ferramenta blog.

Sobre as oficinas de fotografia e de jornal co-

munitário, novamente, houve uma **falta de tempo para realização das atividades com maior profundidade**. Havendo mais tempo para a realização das oficinas, a produção do jornal e a organização das atividades de encerramento, cria-se mais laços entre os grupos que estão trabalhando, amplia-se a cultura de mobilização e de participação e mais espaço para troca de conhecimento.

**Sugestões para reaplicação do projeto em outras UCs** - Pensando estratégias para garantir a continuidade das ações e, sobretudo o diálogo entre conselheiros, parque e comunidades, elaboramos o quadro a seguir, a partir dos problemas-desafios levantados durante a consultoria. É importante ressaltar, no entanto, que para qualquer projeto que envolva educação ambiental e comunicação/educomunicação não bastam ações pontuais. Construir um jornal comunitário em dois ou três meses, por exemplo, pode não alcançar resultados tão bons quanto um trabalho destes distribuído ao longo de um ano de atividades, que incluam ainda outras propostas metodológicas de interação comunitária.

É preciso também garantir articulações que possibilitem a continuidade dos processos desencadeados durante um projeto que trata de comunicação e educação – o que não foi conseguido por esta consultoria, dada a falta de tempo tanto para a realização do projeto, quanto de tempo (e também de interesse) do público envolvido – no caso, os conselheiros. Nesse caso, valeria também investir em oficina de planejamento de projetos, agregando pessoas com interesses em comum que, por meio dessa intervenção educativa, poderiam se unir ainda mais com um foco em comum, o de realizar ações na prática.

Vale destacar, também, que participação so-

cial real ocorre aos poucos. Um contínuo calendário de programas e projetos pode ajudar a fortalecer os envolvidos em qualquer unidade de conservação, desde que estas atividades tenham pontos em comum, e os participantes tenham cada vez mais clareza sobre o objetivo dessas atividades – que não são para a unidade de conservação, mas para todos os participantes buscarem uma melhor qualidade de vida e equilíbrio entre questões sociais, ambientais e econômicas.

Se a comunicação e a educação ambiental não parecem prioridades para os conselheiros, é preciso implementar debates, palestras e outras atividades que despertem no grupo essa necessidade.

É importante lembrar, ainda, que a tendência é se ampliar cada vez mais a preocupação com a participação popular e o controle social das ações governamentais por meio da garantia do acesso a informações. A exemplo da Lei 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos.

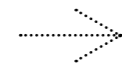
A seguir, enumeramos algumas sugestões para a reaplicação deste projeto em outras unidades de conservação, dividindo as sugestões por áreas que se inter-relacionam. É importante levar em consideração o conjunto de sugestões quando da construção de novos termos de referência para a contratação de consultorias que irão realizar o mesmo tipo de trabalho, bem como investimento na formação de educadores e educadores ambientais que tenham conhecimento sobre a gestão participativa de UCs.

## Metodologia

### desafios

### soluções

Pouco tempo, no geral, para mobilização, aplicação das oficinas e planejamento de atividades de encerramento.



O tempo ideal para um projeto é de no mínimo seis meses. Para as oficinas de educomunicação, é interessante considerar pelo menos 60 horas de aprendizado que poderá incluir outros conteúdos, incluindo uma etapa de avaliação do projeto.

Falta de uma etapa ou momento concreto de avaliação do projeto.



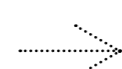
Precisa ser incluída no planejamento das atividades e criadas estratégias nas próprias oficinas, onde os alunos irão, depois da construção dos produtos, replicar o aprendizado e suas mídias em espaços comunitários, escolas, associações, entre outros.

Falta de equipamentos para a construção das oficinas nos horários extraclasse.



Incluir nos projetos a articulação com atores sociais locais, que preferencialmente fazem parte do conselho, para conseguir espaços físicos para as aulas e atividades, oferecendo, em contrapartida, equipamentos (máquinas fotográficas, gravadores) comprados com verba da consultoria.

Pouca familiaridade dos participantes com tecnologias da informação.



Incluir nos projetos oficinas de inclusão digital, com foco na educação ambiental.

Adotar itens de oficinas temáticas para conselheiros, como a atividade de simulação de um conselho, onde os próprios conselheiros podem ser os mediadores da atividade.

Apresentar filmes e palestras da gestão do parque durante momentos da oficina, intercalando com estratégias para que os alunos debatam o conteúdo e transportem o debate para as mídias trabalhadas. Exemplo: após um debate sobre o parque os grupos podem fazer spots de rádio.

Falta de conteúdo mais específico sobre a gestão participativa da UC dentro do roteiro da oficina de educomunicação.



Adotar itens de oficinas temáticas para conselheiros, como a atividade de simulação de um conselho, onde os próprios conselheiros podem ser os mediadores da atividade.

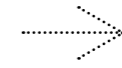
Apresentar filmes e palestras da gestão do parque durante momentos da oficina, intercalando com estratégias para que os alunos debatam o conteúdo e transportem o debate para as mídias trabalhadas. Exemplo: após um debate sobre o parque os grupos podem fazer spots de rádio.

## Metodologia

### desafios

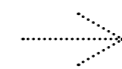
### soluções

Falta de maior interação entre as oficinas e as atividades de gestão participativa do parque – as reuniões do conselho.



Promover atividades, durante as oficinas, que interajam com as reuniões do conselho. Os alunos das oficinas, por exemplo, podem fazer entrevistas e sugerirem pautas para as reuniões.

Falta maior autonomia do grupo que produz mídias e que, após o final do projeto, ficam sem apoio para futuras produções.



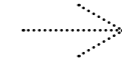
Além do já referido maior tempo para a evolução do projeto, é interessante, também, incluir etapas como oficinas de elaboração de projetos.

## Políticas Públicas

### desafios

### soluções

Necessidade de políticas específicas de comunicação e educação ambiental para as unidades de conservação.



Implementar a Estratégia Nacional de Comunicação Ambiental (ENCEA) nas unidades de conservação, difundindo pilotos já iniciados, experiências e estimular atividades de formação entre gestores e educadores ambientais.

Comunidades ainda têm pouco conhecimento/entendimento sobre o papel das unidades de conservação e da gestão participativa.

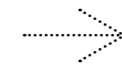


Criar estratégias para promover o intercâmbio de conhecimento entre comunidades, representadas por conselheiros e as UCs, especialmente oficinas sobre gestão e desenvolvimento sustentável.

Promover planejamentos participativos de comunicação para UCs, a fim de que as comunidades apontem/opinem sobre as melhores estratégias.

Promover a criação de produtos paradiáticos por meio de oficinas colaborativas, onde as comunidades participam da elaboração do conteúdo. Exemplos: cartilhas de planos de manejo, atlas.

Falta garantia para a autonomia e a transparência na elaboração de produtos educomunicativos, e na relação entre fontes financiadoras, consultorias e participantes envolvidos em produções.



Definir política de divulgação de logomarcas de patrocinadores e financiadores de maneira diferenciada em produtos educomunicativos, de forma a mostrar a comunidade qual o papel destas instituições dentro de um projeto.

Apresentar essa política dentro dos termos de referência de contratação de consultorias.

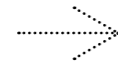
## Políticas Públicas

### desafios

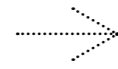
Gestores não estão acostumados a trabalhar questões ligadas a comunicação.



Formação de consultores de educomunicação nas questões socioambientais e de gestão participativa é limitada, e havendo demanda há poucos formadores especializados na Bahia.



Falta de cultura digital (e de estrutura de equipamentos e internet) não possibilita que a população realmente acompanhe as UCs e a gestão participativa por meio das ferramentas de internet.



Não existem muitos indicadores para avaliar a real contribuição processos de educação ambiental e de comunicação nas unidades de conservação.



### soluções

Promover oficinas e cursos para difundir a cultura da comunicação como diálogo, e não apenas como ferramenta.

Incentivar cursos de formação específicos, em parceria com órgãos como a Diretoria de Cidadania e Educação Ambiental (DEA), ligada a SEMA.

Incentivar produção de livros, artigos e outros materiais sobre educomunicação socioambiental e sua aplicação na gestão participativa de unidades de conservação. Abrir termos de referência para especialistas oferecem estes cursos. Promover encontros e seminários temáticos, para difusão de experiências.

Promover ações de inclusão digital nas comunidades do entorno de UCs, com implementação de telecentros específicos com centros de informação e oficinas de educação ambiental e internet, que apresentem aos usuários, como buscar informações sobre as UCs e outras questões ambientais nos órgãos do governo que estão no meio virtual.

Incentivar a produção acadêmica sobre gestão participativa em UCs da Bahia, com foco na educação ambiental e comunicação, por meio de convênios entre as universidades e os órgãos gestores de UCs – SEMA, ICMBio.

Criar banco de dados com a produção acadêmica construída sobre os temas acima relacionados.

## Parque Nacional do Pau Brasil

### desafios

Elevar a participação de conselheiros nas reuniões.



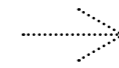
Criar estratégias para tirar instituições do conselho que não participam, por meio de acordo em reuniões com os conselheiros, não sem antes envio de convites e outras formas de diálogo para, ao máximo, trazer a instituição de volta às reuniões.

### soluções

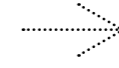
## Parque Nacional do Pau Brasil

### desafios

Retomar as atividades do GT de comunicação.



Manter abertos os canais de Comunicação da comunidade com o parque.



Manter abertos os canais de Comunicação da comunidade com o parque.



Manter atualizado e participativo o blog do parque.



### soluções

Retomar reuniões, com nova formação, a partir da iniciativa do parque e dos membros do conselho. Retomar o planejamento de comunicação realizado para um balanço – o que foi feito, o que pode ser feito, o que deu certo, o que não deu certo.

Divulgar as reuniões e deliberações do GT para o conselho a fim de solicitar apoio na articulação de ações.

Pensar nas estratégias de comunicação e educação ambiental propostas no planejamento e definir quais são prioridades.

Inserir os participantes das oficinas no e-group e na conta de facebook.

Convidar as comunidades a participarem das reuniões do conselho.

Divulgar as ferramentas produzidas – jornal, blog, folder.

Promover oficinas de leitura crítica do jornal Pau Brasil Comunidades – os próprios conselheiros podem fazer leituras coletivas em suas comunidades, associado a palestras para promover conhecimento sobre o parque e seu entorno.

Atualizar, pela gestão do parque, o blog, e noticiar essas atualizações pelo e-group e pelo facebook.

Divulgar o endereço do facebook e do blog nos próximos produtos comunicativos do parque (cartas, cartazes, folhetos, ofícios).

Promover oficina de utilização do blog para os conselheiros, que pode ser construída em parceria com um telecentro ou centro de informática comunitário.

Avaliar junto aos conselheiros, a utilização das ferramentas de internet para divulgação/diálogo. Estão funcionando? São divulgadas? A quem atendem?

## Parque Nacional do Pau Brasil

### desafios

Apoiar a continuidade da produção do jornal Pau Brasil Comunidades e das ações do projeto iniciado.



### soluções

Participar e incentivar reuniões entre os participantes, bem como buscar apoio financeiro para a sua produção. Entre outros, o ICMBio tem linhas de financiamento que podem ser utilizadas para isso.

Buscar novas oportunidades de oficinas de comunicação comunitária e de educação ambiental, de acordo com o que o GT sugerir como prioridade.

Buscar parceria com as instituições de ensino locais, que fazem parte do conselho, para a construção de projetos de educação.

## 7. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina P. T. de. Contradições e Desafios das Políticas de Comunicação em Áreas de Proteção Ambiental. In: FREITAS, Ricardo O. (org.). **Mídia Alternativa: Estratégias e Desafios Para a Comunicação Hegemônica**. Ilhéus, BA: EDI-TUS, 2009.

ABADIA, Robin, CASTRO, Flávia e CASTRO, Haroldo. **Desenhando uma Estratégia de Comunicação – Oficina 4P**. USA: Conservação Internacional, 2006.

Artigo 19. Cartilha de Acesso a Informação Ambiental. Disponível em: <<http://www.artigo19.org/site/publicacoes/CARTILHAAMBIENTALARTIGO19.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

BIODIVERSITAS, Fundação. **Relatório das Reuniões – Diagnóstico com as Comunidades do Entorno do ParNa do Pau Brasil**. Produto integrado á elaboração do plano de manejo da unidade de conservação. 2009. Não publicado.

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B., AZAZIEL, Marcus & FRANCA, Nahyda. **Educação Ambiental e Conselho em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/Instituto TerraAzul/Parque Nacional da Tijuca, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B., AZAZIEL, Marcus & FRANCA, Nahyda. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/ Instituto TerraAzul/Parque Nacional da Tijuca, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/Ibama, 2006.

IMAFLOA. A criação de Unidades de Conservação. Video disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ni2ZKDLwe3Q&lr=1>>. Acesso em 2 maio 2012.

\_\_\_\_\_. O que São Unidades de Conservação. Video disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oeRjMHfcuAY&lr=1>>. Acesso em 2 maio 2012.

INTERVOZES. Levante Sua Voz. . Video disponível em: <<http://vimeo.com/7459748>>. Acesso em 2 maio 2012.

MENEZES, Débora. **Educomunicação no Parna Descobrimento e Resex Corumbau**. Relatório final. 2009. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/23695345/Relatorio-Educom-BA>>. Acesso em 10 jun 2012.

\_\_\_\_\_, Débora. **Mobilização, Renovação e Capacitação do Novo Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, com Ênfase no Planejamento de Comunicação: síntese do projeto - fase 1**. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/77256830/Mobilizacao-e-planejamento-de-comunicacao-para-o-conselho-do-Parque-Nacional-do-Pau-Brasil>. Acesso em: 1º jun 2012.

Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF: MMA, 2005.

BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

LINDOSO, Lílian de Carvalho. **Comunicação e Unidades de Conservação: Fundamentos para uma Nova Prática**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN: Intercom, 2008.

Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental – Comunicação Popular e Educação Ambiental**. Brasília, DF: MMA/DEA/CGA, 2008.

Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, DF: MMA/ICMBio, 2.011.

PALMIERI, Roberto & VERÍSSIMO, Adalberto. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua Criação e seu Funcionamento**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social – o caso dos Estados Unidos**. In: Revista Científica Uninove, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: um campo de mediações**. In: Revista Comunicação & Educação, São Paulo, Edições Paulinas/USP, no. 19, p. 12-24, set/dez, 2000.

TRAJBER, Rachel. **Educomunicação Para Coletivos Educadores**. In: Fichário Coleciona: Fichário do Educador Ambiental. Brasília, DF: Vol. 1, ano, 1, jul-ago 2008, p. 53-59.

TORO, José Bernardo A & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. Brasília, DF: MMA/UNICEF, 1997.